AS AÇÕES DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO NA COSTA DO NORDESTE BRASILEIRO: Projetos de infraestrutura de grande escala em turismo (PGE-Tur), populações tradicionais marítimas e ações contra-programáticas

Área Temática:
1. Desenvolvimento: Desafios e perspectivas antropológicas.

Potyguara Alencar dos Santos
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB)
E-mail: potyguara.alencar@gmail.com.

Resumo
Ao artigo interessa a apreciação de uma síntese dos resultados de três anos de pesquisas etnográficas exploratórias e intensivas desenvolvidas junto a algumas populações tradicionais marítimas residentes no litoral Ceará-Piauí-Maranhão (CEPIMA), macrorregião aonde o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), do Governo Federal, vem implementando o roteiro integrado em turismo "Rota das Emoções". Procura-se reavaliar a ideia de *impactação* – esta por vezes referida às transformações perpetradas por grandes projetos em socioterritórios indígenas (Ramos, 2010; Baines, 2004; Oliveira Filho, 2000; Little, 2002) – quando utilizada para pensar os projetos de infraestrutura de grande escala de zonas costeiras onde residem populações que trabalham com o "turismo comunitário".

Palavras-chave: projetos de infraestrutura de grande escala em zonas costeiras; turismo e práticas de trabalho; associativismo comunitário; impactação; etnodesenvolvimento;

Abstract
The article interests to appreciate a synthesis of some results of exploratory and intensive ethnography researches developed with some traditional coastal people residing in "Caerá-Piauí-Maranhão seaboard", macro region where the Programa de Regionalização do Turismo (PRT), of Federal Government of Brazil, implement a integrate route of tourism that was called Rotas das Emoções. It tries to discuss the idea of "affectations" – that sometimes it is used to refer about the transformations that the large projects causes in indigenous social-territory (Ramos, 2010; Baines, 2004; Oliveira, 2000; Little, 2002) –, it using this category to think about the projects of large-scale infrastructures in coastal zones where living traditional populations that works with community-based tourism.

Key-Words: projects of large-scale infrastructures in coastal zones; tourism and work practices; community associativism; social affectations; ethnic-development;

Introdução

Ao artigo interessa realocar o tema dos *projetos de infraestrutura de grande escala* desenvolvidos sobre *socioterritórios tradicionais*, conceito referido a existência de um espaço onde um determinado grupo prioriza a ocupação e a manutenção em vista de conservar e trabalhar em regime de sustentabilidade com o seu ambiente biofísico (Little, 2002). Esses territórios, mormente hoje, são campos de uma conflitiva desenvolvimentista que, como avaliado por Ramos (2011), estaria a se multiplicar historicamente no Brasil a partir da trajetória dos contatos entre povos.

Propõe-se a descentralização do atual caso-paradigma "UHE Belo Monte"[1], essa casuística de uma *crônica anunciada* (Ramos, 2010), objetivando pensar os grandes projetos em turismo situados em zonas costeiras, iniciativas desenvolvidas no contexto da expansão do chamado *turismo sol e praia* sobre territórios tradicionais da costa do Nordeste brasileiro (Rodrigues, 2009).

Como sedimento etnográfico do seu componente teórico – campo conceitual onde são discutidas as ideias de *impactação* e *etnodesenvlimento* a partir da antropologia do desenvolvimento e da etnologia indígena –, o texto procura descrever as programáticas dos projetos de infraestrutura de grande escala em turismo, assim como os seus efeitos sobre as práticas políticas e produtivas dos trabalhadores que se identificam com o conceito de *turismo comunitário*[2] no litoral extremo-oeste do Ceará.

Abordam-se os resultados de três anos de pesquisas etnográficas desenvolvidas na macrorregião marítima de Jijoca de Jericoacoara (Santos, 2008; 2009; 2010), valorizando os resultados informados pelas incursões empreendidas à vila de Nova Tatajuba, *comunidade marítima*[3] onde residem cinco famílias remanescentes de fluxos migratórios indígenas que são referidos ao período colonial (Viana et ali, 2008). Como apontado por Bandeira (2011), os dinamismos populacionais do período colonial foram definidores dos socioterritórios de algumas populações costeiras da região Nordeste do Brasil.

O contingente populacional de uma das sub-localidades que compõem a vila de Nova Tatajuba se resume a cerca de 60 indivíduos distribuídos em dois grupos de descendência e cinco famílias nucleares. Não há uma auto-identificação dos indivíduos com nenhum grupo étnico costeiro do Ceará (Tremembé, Anacé ou Jenipapo-Kanindé), embora tomem a afirmativa de uma ascendência indígena lida por mitonarrativas que incorporam os temas da criação do povoado pelo seu pai-fundador, o soterramento da vila por um campo de dunas móveis na década de 1950 e a chegada dos grandes projetos em turismo na região (Santos, 2010); processo desenvolvimentista que vem se convertendo, nos últimos anos, de incentivos governamentais ao turismo a práticas espoliativas promovidas por *joint ventures* do setor, empresários vindos dos países ibéricos e grupos políticos de atuação regional (Porto, 2008).

Nova Tatajuba se avizinha territorialmente de um "destino indutor de turismo" e está circunscrita por uma "macrorregião indutora de turismo"; conceituações que demarcam territórios de investimento do

[1] Projeto Hidrelétrico de Energia (UHE), orçado em R$ 30 milhões, que está em vias de ser montado às margens do Rio Xingu, no estado do Pará.

[2] Por turismo comunitário (ou turismo domiciliar) são entendidas "as estratégicas e entradas que as populações com menores condições econômicas encontram na cadeia produtiva do turismo, uma forma de turismo que pensa o lugar, a conservação ambiental e a ressignificação cultural." (Coriolano, 2006:374)

[3] Tomando a noção de Maldonado (1993), chama-se "comunidade marítima" todo agrupamento humano que, habitando zonas costeiras, situam suas economias produtivas entre duas territorialidades: a marítima e a terrestre.

setor reconhecidos pelo texto do programa de governo intitulado Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE)[4].

Durante esses anos de pesquisa, procurou-se acompanhar e dimensionar os efeitos dessas políticas macrorregionais de turismo sobre os nexos monetários advindos, por um lado, da pesca artesanal marítima e, por outro, das atividades ligadas ao turismo de base local em Nova Tatajuba (CE). Observaram-se, sobretudo, os seguintes aspectos: a base dos conflitos envolvendo uma empresa do setor de turismo, que reivindica a propriedade de 5.275 hectares da vila, e os moradores representados por três *associações comunitárias*[5], a formação e a cisão dessas associações comunitárias de moradores e as atividades produtivas articuladas por institutos e ONG's que assessoram comunidades marítimas onde são desenvolvidos projetos em turismo comunitário.

Além de dar visibilidade aos resultados das atividades de campo – pesquisa praticada em diálogo com alguns percursos metodológicos da chamada antropologia marítima desenvolvida no Brasil, a exemplo dos trabalhos de Maldonado (1993), Kant de Lima e Ferreira (1997) e Diegues (1999) –, este artigo propõe a apreciação teórica do conjunto desses resultados adquiridos e o seu cotejamento com as teorias e análises da *antropologia do desenvolvimento* praticada por autores como Ribeiro (2008), Escobar (2007), Stavenhagen (1985), Little (2002), Shöreder (1997), Lejano (2010), Baines (2004), Perrot (2008), entre outros.

Com maior atenção, e seguindo uma preocupação analítica já presente em autores que Ruben (1992) situou como produtores de uma *antropologia do progresso*, objetiva-se discutir a relevância do conflito entre os interesses globais dos programas desenvolvimentistas e os interesses locais contraprogramáticos das populações para as propostas de desenvolvimento.

Nesse ponto, o conceito de conflito coloca em destaque as expectativas dos atores locais frente os programas de governo – população afetada pelas programáticas desenvolvimentistas, em especial os indivíduos envolvidos com o "turismo de base comunitária" na região – e as metas das empresas estatais e privadas financiadoras dos "projetos de infra-estrutura de grande escala" no Nordeste brasileiro, os chamados PGE's.

Com base nessa problemática expressa pelo campo são construídos três níveis de questões: [i.] será que o conflito (fundiário, político-ideológico e entre programas econômicos contrárias) gerado no decorrer da implantação do programa de governo na região onde se situa a vila de Nova Tatajuba, pode ser compreendido como um fator que contribui ao surgimento de um modelo político-econômico-organizacional que se alinha à proposta do *etnodesenvolvimento*?; [ii.] O que Stavenhagen (1985) chama de *etnodesenvolvimento*[6], conceito sobre o qual Perrot (2002) adianta sua crítica, poderia ser entendido como um efeito contrário gerado pelas próprias políticas desenvolvimentistas quando essas confrontam as lógicas societárias das comunidades marítimas? [iii.] e nesse caso, poderíamos dizer que, pelos níveis locais de organização política dessas populações, os impactos dos programas de desenvolvimento foram

[4] O PRODETUR/NE foi apresentado em 2003 em vista de fazer do turismo de base regional um mecanismo gerador de emprego e renda no Nordeste brasileiro (Cordeiro, 2006).

[5] A noção de associativismo comunitário ainda é muito referida aos modelos do associativismo político das chamadas "sociedades rurais", sendo compreendida como "prática organizativa com características próprias para garantir aos pequenos produtores o acesso aos benefícios dos programas de desenvolvimento rural". (Costa, 2010:2)

[6] Para Stavenhagen (1985), a noção de etnodesenvolvimento está referida tanto ao desenvolvimento econômico de um grupo étnico, como também ao desenvolvimento da etnicidade desse mesmo grupo. De todo modo, o etnodesenvolviemento aponta uma situação em que as propostas de desenvolvimento são realizadas visando o bem-estar de uma população em termos tanto econômicos quanto culturais, processo onde os atores sociais locais se apresentam como partícipes e protagonistas. Perrot (2008) concebe sua crítica ao conceito de Stavenhagen dizendo que ele apenas adiciona à soma dos problemas advindos das propostas desenvolvimentistas o componente cultural, mas que de fato não consegue contornar as contradições do paradigma desenvolvimentista.

menores; ou por outra, que eles teriam sido amenizados por ações contra-hegemônicas locais geridas por trabalhadores do turismo de base local?

A seguir, situa-se o Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) e o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) no mapa socioespacial dos investimentos na região.

As programáticas desenvolvimentistas e os projetos de infraestrutura de grande escala em turismo no litoral extremo-oeste do Ceará: o projeto Rota das Emoções

O projeto Rota das Emoções é um roteiro turístico macrorregional gerenciado pelo Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil (PRT/2004) e pelo Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste II (PRODETUR/NE II / 2006), que articulam pelo menos três pólos regionais de desenvolvimento turístico num grande roteiro integrado de investimentos onde grandes empresas do setor se associam em torno de redes de parcerias.

O roteiro integra o litoral Costa do Sol Poente, extremo-oeste do Ceará, com o pólo Jericoacoara-Tatajuba, Piauí, com o Delta do Parnaíba, e o Maranhão, com os Lençóis Maranhenses[7].

As políticas de investimento em turismo no chamado "litoral Ceará-Piaui-Maranhão" (CEPIMA) estão particionadas em duas grandes frentes operacionais e políticas: uma delas, como já se mencionou há pouco, é o Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), que há quase vinte anos vem implementando projetos no litoral do Nordeste brasileiro, estando atualmente na sua segunda fase; e a outra é o Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil (PRT), que tem caráter operacional, atuando diretamente na formação das redes politicoempresariais regionais através da sua cartilha intitulada "Formação de Redes"[8].

Embora os objetivos sejam distintos no âmbito desses programas, ambos são complementares na estruturação do projeto Rota das Emoções. O PRODETUR/NE II é uma política de concessão de recursos para investimentos em turismo, sendo formada por um conglomerado de agências financiadoras, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Cooperação Andina de Fomento (CAF) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Em termos aproximados, calcula-se que desde 1994, ano de criação do PRODETUR Nacional, já se investiram, só no litoral cearense, quase R$ 580 milhões, que foram empregados em infraestrutura básica para o turismo: construção de rodovias estaduais e aeroportos, requalificação de regiões costeiras localizadas em grandes centros urbanos, implantação de planos diretores municipais, manutenção de acervo patrimonial e histórico, regularização de Áreas de Proteção Permanente (APP's) e Áreas de Proteção Ambiental (APA's), mapeamento por ortofotocartas de regiões costeiras, entre outros

[7] Em julho de 2007, com a participação do Ministério do Turismo (MTur), via Programa de Regionalziação do Turismo (PRT) e Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), governos e secretarias estaduais dos estados do Ceará, Piauí e Maranhão, SEBRAE Banco do Nordeste do Brasil (BNB), foi formalizado o chamado Projeto CEPIMA, que mais adiante ganharia o nome de Rota das Emoções (Jeri-Delta-Lençóis). O projeto prevê a integração de 12 cidades dos três estado (Jijoca, Camocim, Barroquinh e Chaval, no Ceará, Ilha Grande, Parnaíba, Luis Correa e Cajueiro da Praia, no Piauí, e Barreirinhas, Paulino Neves, Tutóia e Araioses, no Maranhão), percurso que contabilizaria quase 600 quilômetros de litoral. Entre outras iniciativas, a estruturação do Rota das Emoções visa qualificar a infraestrutura turística da região, integrar arranjos produtivos locais e regionais a um plano mais global de produção, aumentar a competitividade em torno do mercado e incentivar empreendimentos da iniciativa privada nas macrorregiões (ver análise dos programas no subitem 1.1.).

[8] BRASIL, **MINISTÉRIO DO TURISMO**. Roteiros do Brasil: Programa de Regionalização do Turismo: Formação de Redes. Brasília, Mtur, 2005. Fonte: www.mtur.gov.br/regionalizaçao.

investimentos. Apenas no litoral onde se localiza o projeto Rota das Emoções, os investimentos já somam mais de R$ 200 milhões, estando previstos mais R$ 270 milhões só para o ano de 2011[9].

Já o Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil (PRT) prima pela organização, articulação e distribuição socioespacial dos arranjos produtivos regionais ligados ao turismo. É este programa que coordena instâncias como o Conselho Nacional de Turismo (CNT), que articula o cadastramento da mão-de-obra especializada de cada região junto ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e que divulga dados econômicos e territoriais que acabam indicando regiões de investimento priorizadas pela iniciativa privada do setor imobiliário ligado ao turismo.

Como concluído num dos seus artigos, Rodrigues (2009) faz observar pontos contraditórios nos conceitos essenciais do Plano Nacional de Turismo (PNT-2007/2010) que embasa as ações do Programa de Regionalização de Turismo[10]. Assim, noções como "preservação cultural" e "desenvolvimento sustentável" confrontam com idéias como "desenvolvimento turístico", "populações afetadas pelo turismo", o que pode expressar o privilégio dos resultados econômicos advindos das atividades turísticas frente os fatores e índices de transformações socioculturais.

O que diz a categoria de impacto pensada sob outros contextos territoriais e etnográficos?

Nos exercícios de análise dos impactos das propostas desenvolvimentistas sobre populações tradicionais, a exemplo da discussão de Lejano (2001) sobre a formação das *community-based fischers organizations* e seus papéis na definição das ações governamentais, o que se verifica é uma exortação ao fato de que, cada vez mais, as ações dos grupos locais vem se afirmando com iniciativas político-econômicas que ora contrariam ora se consorciam aos projetos de infra-estrutura de grande escala em zonas costeiras, a exemplo dos complexos portuários, usinas eólicas e roteiros turísticos macrorregionais.

Uma determinada crítica sociocultural aos grandes modelos empresariais de gerenciamento de capitais específicos – a exemplo das altas cifras em capitais e divisas levantadas pelo chamado *turismo do tipo Cancún* (Ribeiro, 2008) – tem feito com que autores como Schröder (1997) atentem para o fato que essa crítica, e os efeitos advindos dela, sejam responsáveis por ampliar e dar razão a um certo empoderamento local dos grupos organizados.

Algumas das análises alinhadas ao conceito de *etnodesenvolvimento*, que é interpretado como "uma capacidade autônoma que uma sociedade culturalmente diferenciada tem de guiar o seu próprio desenvolvimento" (Batalla, 1995:12), deixam patentes que, *práticas produtivas locais*, *organização política*, mediada ou não por grupos institucionais (ONG's, institutos de assessoria, pastorais, etc.), e o próprio desenvolvimento da cena conflitiva compartilhada entre setor privado, órgãos de ingerência pública e população local devem ser pensados inseparavelmente quando operamos a partir da análise de impactos de grandes projetos em territórios tradicionais.

Despende-se atenção ao fato de que, no estudo dos grandes esquemas de consorciação de capitais para investimentos em Áreas de Proteção Permanente (APP's) costeiras (Meireles, 2008) e na descrição do estabelecimento de redes empresariais e das suas rotas de investimentos (Santos, 2009), as populações residentes nessas regiões precisam ser compreendidas a partir de suas posições de destaque dentro de urdimentos mais globais de atuação.

[9] CEARÁ assina contrato de financiamento do PRODETUR Nacional. **Site Oficial do Ministério do Turismo (Mtur)**, Brasília, fev. 2011. Disponível em: <htttp://www.mtur.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2011.

[10] O Plano Nacional de Turismo (2007-2010) foi criado durante a gestão de Marta Suplicy no Ministério do Turismo (MIT). O plano deu conta do planejamento do turismo nacional nos últimos quatro anos. Para mais informações, vide http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional/.

Na maioria das vezes são essas mesmas populações que interferem na programática estabelecida pelo par Estado-empresa, estabelecendo a triangulação institucional das posições políticas e fundando, indiretamente, contraprogramas de atuação local através da reivindicação de socioterritórios (ou territórios vitais), políticas sociais e trabalhistas para populações costeiras, ou simplesmente praticando o denuncismo contra as ações de espoliação dos seus territórios por parte de corporações privadas da carcinicultura e da indústria do turismo; vide comentário sobre essas problemáticas em zonas costeiras apontadas no relatório de Leroy & Silvestre (2004).

A questão aqui em destaque é a mesma expressada por Escobar (2001), que leva em consideração os níveis de interação mais ou menos equilibrados entre interesses locais e expectativas globais dos grandes projetos em situações de conflito envolvendo estratos sociais aparentemente diferenciados.

> *"Indeed, the interesting question is how people mobilize politically notions of attachment and belonging for the construction of individual and collective identities, including the conflict that this local mobilization might entail with broader political and economic interests."*[11] (Escobar, 2001:149)

Operando sobre a fragilidade explicativa da categoria de *tradicional*, e correspondendo ao comentário de Escobar (2001), Cunha e Almeida (2009) chegam a uma definição de *população tradicional* bastante alinhada com a proposta conceitual deste artigo, cuja uma das preocupações é a de procurar dimensionar as transformações ocorridas no âmbito do cotidiano do trabalho com o turismo comunitário das populações que já residiam ao longo das grandes rotas de investimentos em turismo antes da constituição dessas.

O que os autores encerram na elaboração do conceito é algo como similaridades aparentes: "todos esses grupos apresentam, pelo menos em parte, uma história de baixo impacto ambiental e demonstram, no presente, interesse em manter ou em recuperar o controle sobre o território que exploram" (Almeida & Cunha, 2009:279). Assim definido, o que essa definição faz é dimensionar o fator implicativo dos interesses dessas populações sobre os objetivos mais normativos dos programas, principalmente quando se vive sob a condição de conflitos territoriais.

Depreende-se do conceito de populações tradicionais o conselho de que é entre grandes interesses políticos e produtivos e as implicações dos anseios das populações locais que deve se iniciar as etapas que compreendem a avaliação de um programa de governo pelo comentário da antropologia.

Nessa direção, a emergência de um caso paradigmático em antropologia – *evento* por vezes associado a casuísticas e problemáticas socioculturais também paradigmáticas que se repetem e se transformam ao longo do tempo (Sahlins, 2003) – vem sendo demonstrado no conjunto dos debates que problematizam o caso UHE Belo Monte[12], projeto hidrelétrico a ser implementado no Alto Rio Xingu, Pará (PA).

O empreendimento de capital estatal brasileiro projeta (e já vem executando) a construção de uma usina hidrelétrica com capacidade de produzir 11.200 MW e potencial suficientemente previsto de impactar diretamente sobre pelos menos três populações indígenas da região (Arara da Volta Grande do Xingu, Paquiçamba e Kayapó), além de diversos núcleos populacionais ribeirinhos.

[11] "Na realidade, a questão mais importante é saber como as pessoas mobilizam noções políticas de nexo e pertencimento para construir identidades coletivas e individuais, incluindo o conflito que essa mobilização local pode se vincular a interesses políticos e econômicos mais amplos" [tradução do autor].

[12] Segundo a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), uma UHE é uma usina de superprodução de energia elétrica com capacidade de produzir acima de 1 MW e inferior a 30 MW. Ver definição no site oficial da Agência: http://www.aneel.gov.br/.

Utilizando acentuadamente a categoria de *impacto*, as análises do caso UHE Belo Monte são construídas em torno de certas *narrativas das fragilidades* do projeto em si e dos seus impactos socioculturais. Assim são destacadas as perdas humanas e monetárias que podem ser causadas pelo Projeto (Ramos, 2011), a incompetência analítica dos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA's) e os seus efeitos sobre os rumos da política global do empreendimento (Rojas, 2011) ou mesmo a crítica à abordagem informada juridicamente que oferece suporte legal à obra (Valle, 2005). Como ordem geral, todas dão razão às idéias da inviabilidade, do efeito implausível e da desconsideração de princípios constitucionais que oferecem direitos especiais às populações tradicionais atingidas.

Como mencionado anteriormente, a idéia do artigo é descentralizar esse tema da negativização dos impactos supervalorizados nas análises do caso da hidrelétrica Belo Monte. Para tanto, propõe-se a apreciação dos efeitos de projetos de infraestrutura de grande escala em turismo (PGE-Tur) em algumas zonas marítimas onde vivem populações tradicioanais do Nordeste brasileiro.

Aduz-se que os resultados apreendidos com as pesquisas etnográficas junto a esses grupos demonstram não uma anulamento real dos impactos dos projetos, mas um retardamento ou relaxamento dos seus efeitos em vista da atuação política dos grupos locais, gerenciada principalmente por organizações de trabalhadores do setor de turismo comunitário. Por isso o questionamento se essas populações costeiras seriam "mais ou menos impactadas", se no calcular das perdas e ganhos elas não teriam se fortalecido após a trama conflitiva tecida pelo par Estado-*joint ventures* do setor de turismo na implantação do projeto Rota das Emoções na região.

Mas conceitualmente, como alcançar uma ideia de impacto não tão saturada de avaliações negativistas sobre grandes projetos? Haveriam outras dimensões – escondidas principalmente em redes contra-hegemônicas de atuação local (Ribeiro, 2008) – que nos possibilitariam renovar a abordagem desses impactos?

Em busca de encerrar essas questões, começa-se pelo comentário à própria noção de *impactos sociais do turismo* explicitada na avaliação de Oliveira (2006), que acredita que assim referidos, esses efeitos esconderiam a densidade de intercâmbios criados pelo próprio turismo em contextos específicos.

> "Em outras palavras, pode-se afirmar que o turismo tem-se condicionado como um momento preliminar de reconstrução moderna das tramas sociais das comunidades. Neste sentido ele não age por diferenciação ou desintegração; ele permite integrações sociais mais complexas e coerentes com as demandas do mundo contemporâneo." (Oliveira, 2006:4)

Recorrendo à matriz disciplinar do próprio conceito de impacto, Oliveira Filho (2000) explora o fato de que "o apelo a uma suposta condição de 'desvantagem [dos grupos locais] em relação ao processo de desenvolvimento' é um artifício derivado da sociologia do desenvolvimento" (Oliveira Filho, 2000:132).

Segundo o autor, esse campo do conhecimento atua formulando conclusões que justificariam, por exemplo, a intervenção protecionista às populações tradicionais por parte de agências financiadoras de grandes projetos (BNDES, BID, CAF, etc.) em alguns casos e não em outros, principalmente quando essas se tratam de populações "não indígenas".

E como definir impacto, se muitas vezes o campo conflitivo é *compósito*, ou seja, formado por interconexões entre atores variados, que podem estar alocados nas arraias do Estado, na esfera empresarial ou nas organizações políticas de trabalhadores locais?

É essa idéia que se afigura no conceito de *desenvolvimento* trazido por Ribeiro (2008), que se baseia no princípio de que, no centro ou nos radiais mais periféricos que abrangem um grande projeto, o que se observar é a formação de níveis de consorciação diversos entre grandes interesses globais e

pequenas iniciativas regionais. Por esse cálculo ele define o conceito de desenvolvimento como um campo

> "constituído por atores que representam vários segmentos de populações locais (elites locais e líderes de movimentos sociais, por exemplo); empresários privados, funcionários e políticos em todos os níveis de governo; pessoal de corporações nacionais, internacionais e transnacionais (...); pessoal de organizações internacionais de desenvolvimento (funcionários de agências multilaterais e bancos regionais, por exemplo)". (Ribeiro, 2008:110)

A própria definição de *projetos de infraestrutura de grande escala* (PGE), aqui tantos vezes mencionado, é traduzido por Ribeiro (2008) como uma "expressão extrema do campo do desenvolvimento" (2008:11). Fatores territoriais, o montante dos capitais investidos, os impactos ambientais seriam fatos concretos que desenham a magnitude do empreendimento. E além desses fatores, somam-se os fatores da ordem do relacional, representado pela formação de parcerias: redes de empresários, redes de atores produtivos locais, de prestadores de serviços terciários; assim como também redes compósitas, ou seja, redes que põem em articulação todos os esses elementos.

Nesse sentido, se há consorciação de interesses, e logo de pessoas por trás desses interesses, qual espaço restaria para o conceito de impacto, que diz de um movimento de afastar grupos, separar interesses, distinguir metas, penalizar e responsabilizar partes situadas estruturalmente em posições contrárias? Os resultados a seguir discutidos poderão auxiliar na melhor análise dessa e de outras questões.

Conflito territorial, associativismo comunitário e etnodenvolvimento na experiência com o turismo de base comunitária

A vila de Nova Tatajuba, localidade pertencente à comarca distrital de Camocim (CE), se avizinha do distrito de Jericoacoara, pólo turístico que nos últimos 20 anos vem se afirmando como paradigma da indústria do turismo cearense, e que hoje recebe do Ministério do Turismo (MTUR) o título de "21º Destino Indutor do Desenvolvimento do Turismo no Brasil" [13].

Além de dividir fronteiras com o pólo turístico de Jericoacoara, Nova Tatajuba também está circunscrita a uma "macro-região indutora de turismo", eixo que corresponde aos municípios da região extremo-oeste do litoral cearense: Jijoca de Jericoacoara, Camocim, Barroquinha, Chaval e Granja.

Desde a inauguração da segunda fase do PRODETUR/NE, quando se previu investimentos na ordem de R$ 580 milhões em infra-estrutura (aeroportos, ferrovias e infra-estrutura urbana), a região que corresponde a esses municípios vem presenciando o incentivo progressivo à implementação e desenvolvimento de um comércio turístico de base regional. Incentivos facilitados, primeiro, pela distribuição de recursos públicos, e segundo, pela especulação imobiliária aquecida pelo setor privado, principalmente por empresários estrangeiros (italianos, espanhóis e portugueses) interessados em iniciar e manter empreendimentos do ramo hoteleiro (pousadas, hotéis e resorts).

O contingente populacional total da vila soma 800 habitantes – contanto com a população que começa a afirmar pertencimento étnico ainda não referido a um grupo específico. Todo esse contingente está dividido em quatro pequenas sub-localidades que formam a vila de Nova Tatajuba: vila São Francisco (ou Rua sem Deus, território das famílias indígenas), Vila Nova, Tatajuba e Baixa da Tatajuba.

[13] Para mais informações, localizar o mapa intitulado "Os 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional" em http://www.turismo.gov.br/turismo/programas.

A pequena pesca artesanal baseada numa forte sociabilidade de grupo, como já evidenciaram outros pesquisadores em comunidades marítimas diversas (Sautchuk, 2008; Adomilli, 2000), a agricultura de base familiar – principalmente o cultivo da mandioca para o fabrico da farinha – e o turismo comunitário, se afiguram como as principais atividades produtivas.

Com o apoio do Instituto Terramar (TERRAMAR), que presta assessoria às comunidades marítimas cearenses, e da Rede Tucum de Turismo Comunitário (TUCUM), os habitantes da vila conseguiriam montar e aprovar projetos importantes à manutenção do conceito de turismo comunitário que caracterizam seus projetos; alguns deles são: projetos de construção de chalés a serem oferecidos ao turistas, projeto de compra de embarcações artesanais, projeto de conservação de eco-vilas agrícolas dispostas nos percursos das trilhas turísticas, entre outros[14].

Embora as dificuldades de acesso ao seu núcleo comunitário, a vila é diariamente freqüentada por turistas estrangeiros e nacionais que vêm de Jericoacoara atraídos pelo *turismo de aventura* ou *esportivo* e pelo atrativo natural que é o chamado Lago da Torta, laguna que tem instalados em uma de suas margens equipamentos como barracas de alimentação e escolas de esportes aquáticos (*windsurf, kitsurf* e caiaque) que são administrados pela população residente na vila.

Há exatos 10 anos, os habitantes de Tatajuba descobriram por documentos cartoriais que 5.275 hectares da região haviam sido adquiridos por uma empresa com capital ligado ao grupo FINIVEST denominada de Vitória Régia Empreendimentos Imobiliários Ltda. As matriculas das terras foram repassadas à empresa pelas mãos de um antigo "grileiro" da região e membro de um importante grupo de sucessão política da prefeitura de Camocim, cidade-sede do qual pertence Tatajuba. O processo de registro e legalização cartorial dos quatro documentos que discriminam as dimensões da propriedade até hoje ainda não foi esclarecido com precisão perante o Ministério Público Estadual do Ceará (MPE-CE), instância onde se encontra provisoriamente o caso.

Nas primeiras reuniões entre os residentes na região e os representantes do grupo empresarial, que aconteceram na sede da até então única associação de Tatajuba, a Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba (ACOMOTA), comentou-se a possibilidade de realocação da população em regiões urbanisticamente planejadas pela Vitória Régia, construção de um equipamento turístico denominado de Condado Ecológico de Tatajuba, com capacidade para 15.000 hóspedes, onde seriam investidos cerca de R$ 2 bilhões, construção de campos de golfes oficiais na região leste do território e abertura de ofertas de emprego pelo empreendimento. De acordo com o relatório da Plataforma DhESC Brasil sobre populações costeiras, do Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV),

> "o Condado Ecológico de Tatajuba contaria com forte apoio do governo estadual, no contexto de implementação da segunda fase do PRODETUR/NE (...) há a previsão de abertura de vias de acesso e construção de um aeroporto internacional para ser construído a menos de 30 km dali, com recursos do Programa, para atrair voos *charter*" (Relatório DhESC, Leroy & Silvestre, 2004:45).

A história de uma década de conflito entre o grupo empresarial – que hoje se denomina High Hospitality Group (BHG)[15], gerenciando o projeto INVESTITUR – e os residentes na macrorregião de Tatajuba, representados pelas suas associações de moradores, registra intervalos onde ocorreram integrações e desarticulações em torno de interesses específicos entre pelo menos três tipos de grupos: [i.] residentes na região e grupos da sociedade civil organizada (associações, pequenos empresários do setor hoteleiro e ONG's nacionais), [ii.] *joint venture* BHG (por documentos cartoriais, atual proprietária

[14] Para mais informações, visitar as páginas do Instituto Terramar (http://www.terramar.org.br/) e da Rede de Turismo Comuntário (http://www.tucum.org/);
[15] Ver site do grupo BHG: www.bhg.com.br.

exclusiva da macrorregião) e [iii.] instituições públicas, que atuam fortemente na região em torno da estruturação das rotas de investimentos previstas pelo projeto Rota das Emoções.

Destaca-se de todo o processo, a atuação das associações de moradores, que, produzindo articulações com instâncias de fora do eixo institucional "empresa-Estado", como Institutos, grupos de assessoria jurídica, órgãos do governo, conseguiram criar o que Ribeiro (2008) chamou de uma *rede contra-hegemônica*, um exemplo de ação com forte atuação no enredo criado pelas rotas dos investimentos desenvolvimentistas.

A empresa, por outro lado, se articulou com instituições do campo da fiscalização fundiária, – como o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE) e Superintendência do Patrimônio da União (SPU) – demonstrando claro interesse em lustrar sua hegemonia no processo de disputa por zonas marítimas indutoras de turismo. O poder estatal, por sua vez, se dividiu entre os papéis de arrefecedor do conflito territorial, fiscalizador – embora sempre tendendo aos interesses dos grupos empresariais – e, com menor protagonismo, ouvidor das demandas e denúncias das populações residentes.

Este ciclo de acontecimentos, todos como resultado de um só evento – a descoberta da venda das terras para a uma empresa do setor de turismo –, em parte tornou a vila mais diligente quanto aos aspectos político-burocráticos que garantiriam a luta contra a ameaça perpetrada pela empresa, como também atenciosa aos modos como a localidade poderia dispor das suas estratégias jurídicas de enfretamento do conflito. Os moradores e as associações passaram a se auto-representar no espaço e no tempo das novas relações sócio-políticas e burocráticas engendradas a partir do evento da compra das terras.

Se antes, parte da produção familiar colocava em negociação atores empenhados na conquista diária dos territórios marítimos e dos campos agricultáveis – territórios que os saberes náuticos e agrícolas reproduzidos em técnicas aprofundadas pela família das gerações anteriores ensinaram os homens a dominá-los –, agora, por conta da reivindicação fundiária da empresa, as disputas passaram a ser estendidas também a embates diretos com advogados, representantes dos pretensos "proprietários", superintendentes, funcionários de órgãos do governo, entre outros.

A física das *relações simétricas* entre os atores políticos envolvidos no conflito foi alterada – relações simétricas tal como conceituado por Barnes (1987), que trata das relações políticas levando em consideração a pluralidade dos atores e a efetividade estrutural dessas relações traçadas num esquema de *social networks* –, as preocupações diárias dos atores locais foram transferidas para questões diferentes: as horas de trabalho no mar, na roça e nas barracas de produtos alimentícios passaram a ser intercaladas por reuniões semanais nas associações de moradores, eventos onde eram discutidas estratégias de enfrentamento dos problemas instaurados pelo conflito fundiário envolvendo os moradores da vila e a empresa que reivindica a posse da terra.

Considerações finais: o etnodesenvolvimento sugestionado da cena do conflito – substituindo "impacto" por redes "produtivas de parecerias"

As *tipologias políticas* que são a *empresa* e o *grande empresário*, exemplos semelhantes aos tipos de liderança da Melanésia trazidos por Sahlins (2007), com suas práticas político-econômicas concentradoras de renda e informação, passaram a entrar em conflito com os produtores e comerciantes locais: como o pequeno criador de gado, que paga o "vaqueiro-campeador" (o pastor do rebanho) dando a própria carne do animal abatido[16], com o dono das barracas de venda de produtos alimentícios para os

[16] Entre os poucos "donos de cabeças de gado" e "vaqueiros-campeadores" da vila há uma relação de prestação de honras de benefícios e trocas que poderia ser analisada a partir de uma sociologia da dádiva (Mauss, 2003): quando o proprietário tem apenas uma cabeça de gado e precisa dos serviços do vaqueiro-campeador para cuidar do animal (procurando o melhor pasto,

turistas, que usa do negócio como oportunidade de trabalho que assiste tanto à sua família nuclear quanto à família extensa da sua esposa, com o pescador artesanal, que constrói articulações com os donos das barracas em busca de negociar o peixe e os crustáceos frescos, enfim, entraram em conflito com uma série de nexos monetários já construídos observando e hibridizando os hábitos das trocas da economia de mercado do setor turístico como os mecanismos sócio-reguladores das trocas tradicionais, onde se evidencia o que Mauss (2003) chamou de momentos em que o "mercado vem antes da instituição dos mercadores" (Mauss, 2003:188), o que possibilitaria pensar uma "arqueologia sobre a natureza das transações" (*idem*).

O conflito, primeiramente gerado por uma "questão litigiosa" (ameaça de desterritorialização de uma população de cerca de 800 habitantes da vila de Nova Tatajuba) – embora numa análise global expresse as inadequações entre propostas desenvolvimentistas e expectativas das populações indígenas Baines (2004) –, vem fortalecendo pelo menos duas instituições na vila de Nova Tatajuba: as *associações de moradores* e a *economia local baseado no turismo comunitário*, economia que associa hábitos tradicionais de produção às exigências de mercado do turismo.

Observado o caso de Nova Tatajuba, vale retomar uma pergunta clássica em reposta à importância do desenvolvimento local: "de que forma a etnicidade se articula ao etnodesenvolvimento?" (Stavenhagen, 1985:37). De uma outra ponta, indaga-se Perrot (1991) se o fator cultural não seria apenas um ajuste do próprio desenvolvimento, situação em que o paradigma do desenvolvimento se mantém e se fortalece.

O caso da vila de Nova Tatajuba demonstrou que o conflito territorial foi um ponto de partida, um elemento incentivador à inclinação para um modelo de desenvolvimento local. Nesse caso, entende-se o conflito como um elemento condicionante à ordem, na medida em que "a ordem só existe para a sua regulamentação/normatização e atenuação" (Pereira, 2010:260).

O conflito, compreendido a partir da sua rede global multilocalizada (Ribeiro, 2008), seria o elemento que impede o desenvolvimento de ser aquela "caixa vazia que poderíamos encher ao gosto das identidades culturais, mas sim um conjunto de práticas fundadas em uma visão de mundo específica e particular" (Perrot, 2008:222), uma instituição a serviço do processo de autonomia política e econômica das populações locais.

Como faz observar Little (2002) a partir de Stavenhagen (1987), "o termo 'etnodesenvolvimento' tem duas grandes acepções na literatura especializada: (1) o desenvolvimento econômico de um grupo étnico; e (2) o desenvolvimento da etnicidade de um grupo social (Little, 2002:39)".

Na análise do caso de Nova Tatajuba, essa forma alternativa de desenvolvimento se configuraria no processo de fortalecimento econômico e político das instituições do associativismo comunitário – que hoje atua dentro de um modelo político tripartido, representando não só os profissionais do turismo, mas também outros segmentos trabalhistas – e o próprio turismo de base local, alternativa que articula as outras economias produtivas locais, como a pequena pesca artesanal e a agricultura de base familiar[17].

---

cuidando da sua saúde, ordenhando, etc.), ele oferece 1/4 da carne do gado ao vaqueiro; caso o animal venha a gerar crias, 2/4 da carne são lhe reservados, e ainda se o animal gera mais uma novilha, 3/ 4 do animal passam a lhe pertencer. Esta progressão geométrica socialmente aplicada chega ao seguinte denominador: a cada quatro cabeças de gado que o vaqueiro-campeador cuida de qualquer proprietário, uma cabeça de gado lhe pertence em recompensa dos seus serviços. Desse modo, o assalariamento do vaqueiro-campeador é substituído por uma moeda comum, as cabeças de gado, o que faz do vaqueiro também um proprietário. Esta sócio-antropologia econômica merece maiores comentários a partir também do trabalho de Evans-Pritchard (2005), Os Nuer, que se atém com maior perícia etnográfica ao valor do gado entre os indivíduos daquele grupo étnico da África Sub-Saariana.

[17] A exemplo de Wanderley (2009), compreende-se por *agricultura familiar* todo processo produtivo onde o núcleo familiar se confunde com o núcleo extenso de produção agrícola.

O apelo ao conceito de etnodesenvolvimento, mesmo depois da crítica sistemática produzida por autores como Perrot (2008) e Barreto Filho (2006), se explica pela possibilidade da sua releitura levando em consideração o componente do conflito estudado na sua rede local de agentes, no seu sócio-contexto.

Na conclusão de Perrot (2008), esse desenvolvimento local configura apenas uma situação em que "os povos autóctones conseguem, a despeito dos conflitos internos e das renúncias impostas, elaborar táticas que lhes permitem se reinterpretar numa nova situação ou ambiente, e se adaptar sem se renegarem" (Perrot, 2008:228). Nesse sentido, atina-se à necessidade de compreender essa dimensão temporal e sócio-simbólica da mudança e da readaptação cultural que Sahlins (2003) chamou de *estrutura da conjuntura*, situação em que se dá a "realização prática das categorias culturais em um contexto histórico específico" (Sahlins, 2003:15). Inclusive reavaliando o próprio significado da ideia de impacto, que num momento pretérito foi desarticulador, mas que num segundo estágio expressou-se como fortalecimento da base comunitária do grupo.

Uma crítica ampliada do conceito, mais do que trazer apenas um dilema conceitual que está em aberto desde Stavenhagen (1985), atenta à possibilidade de dar contribuição às teorias da mudança cultural a partir da sua articulação com a antropologia do desenvolvimento, movimento já proposto por Schröder (1997) num dos seus artigos[18].

Parece ser adequado atentar, em investidas futuras sobre o tema, para uma *teoria regional do progresso* (Ruben, 1992), talvez alentada também por uma metodologia comparativa entre *community-based fishers organizations* diversas, como propuseram Lejano e Ocampo-Salvador (2010). Ou talvez localizar o montante dessa discussão dentro uma antropologia que pense os níveis *táticos* e *organizacionais* do poder, como assinalado por Wolf (2003). Em todo caso, pelo menos até aqui, os horizontes dessa temática se mostraram.

Referências Bibliográficas

ADOMILLI, Gianpaolo K. Tempo e espaço: considerações sobre o modo de vida dos pescadores do parque nacional da Lagoa do Peixe (RS) em um contexto de conflito social. Iluminuras, Cuitiba/PR, 2006,v.7, n.º 15, pp 1-28.

ALMEIDA, Maria Geralda. Fragmentações do espaço brasileiro e as políticas de turismo. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo, 02 a 07 de abril de 2005.

BAINES, Stephen G. Antropologia do desenvolvimento e povos indígenas. *Série Antropológica.* Brasília/DF: Departamento de Antropologia, UnB, 2004, Nº 361, pp 1-18.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A. Relatório final de projeto: programa de desenvolvimento do turismo no Nordeste: primeira fase. BNB, Prodetur/NE. Fortaleza, 2005. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Apresentacao/gerados/apresentacao.asp>. Acesso em: 10/08/10.

[18] Sobre os processos de mudança nas comunidades marítimas e a abordagem da literatura nacional clássica, vide Diegues (2004).

_____. Prodetur: ampliando as atividades turísticas no nordeste. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Apresentacao/gerados/apresentacao.asp>. Acesso em: 10/08/10.

BANDEIRA, Arkley Marques. O povoamento da América visto a partir dos sambaquis do litoral equatorial amazônico dôo Brasil. Fonte: http://scholar.google.com.br/. Acessado em: 12/04/11.

BARNES, J. A. "Redes sociais e processos políticos". In FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Global, 1987.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade. Os predicados do desenvolvimento e a noção de autoctonia. *Tellus*, Campo Grande –MS. 2006, n. 10, ano 06, pp 11-21.

BONFIL BATALLA, Guilhermo. Etnosdesarrollo: sus premissas jurídicas, políticas y de organización. In *Obras scogidas de Guilhermo Bonfil Batalla*. *Obras escogidas de Guillermo Bonfil – Tomo 2*, págs. 467-480. México, D.F.: Instituto Nacional Indigenista.

BENEVIDES, Aletusya Mendes. Etnoconhecimento como potencialidade para os negócios turísticos: micro-análise etnográfica da comunidade de Tatajuba, Camocim, Brasil. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, 2006, Nº 20, pp. 121 - 127.

CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira et allii. A modernização do litoral cearense e as comunidades pesqueiras: o caso de Tatajuba, Camocim-CE. *Anais do II Seminário Internacional de Turismo Sustentável. Fortaleza, Ceará*, 12 a 16 de maio de 2008.

CORDEIRO, D. & CASTILHO. C. A (re)produção do espaço a partir do fenômeno do turismo: um estudo sobre a comunidade de Aver-o-Mar (Sirinhaém, PE*). Revista. RA´E GA*, Curitiba, 2006, n. 12, p. 47-58.

CORIOLANO, Luzia Neide. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. LEMOS, Amalia Inés et allii (org.). *América Latina: cidade, campo e turismo.* CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre, 2006.

COSTA, Anita A. Albuquerque & RIBEIRO, Tereza C. Almeida. O associativismo no meio rural brasileiro: contradições e perspectivas. Fonte: http://scholar.google.com.br. Acessado em: 10/08/2010.

CUNHA, Manuela Carneiro & ALMEIDA, Mauro W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. CUNHA, Manuela Carneiro. *Cultura entre aspas.* São Paulo: Cosac & Naif, 2009.

DIEGUES, Antonio Carlos. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores no Brasil. *Etnográfica*, Portugal, 1999, Vol. III (2), pp 361-375.

_____. *Caiçaras e jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil (1920-1980).* Série de Documentos e Relatórios Nº1, NUPAUB/USP, São Paulo, 2004.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. LANDR, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005, pp 133-168.

_____. Antropología y desarrollo. Fonte*: http://unesco.org/escobarspa.* Acesso em: *01/07/2007.*

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota.* São Paulo: Perspectiva, 2005.

KANT DE LIMA, Roberto & PEREIRA, L. F. Pescadores de Itaipu: meio ambiente e ritual no estado do Rio de Janeiro. 1ª ed. Niterói/RJ: EDUFF, 1997.

LEJANO, Raul P.; OCAMPO-SALVADOR, Alma. Comparative analysis of two community-based fishers organizations. Fonte: *http//googleacademico.com.br.* Acessado em*: 12/07/2010.*

LEROY, Jean-Pierre & SILVESTRE, Daniel Ribeiro (relatores). Populações litorâneas ameaçadas: carcinicultura, pesca industrial, turismo, empreendimentos públicos e poluição. *Plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais (DhES).* Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV), Abril de 2004.

LITTLE, Paul. E. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. *Tellus*, Campo Grande – MS, 2002, ano 2, n. 3, pp 33-52.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropológica*, Brasília, 2002, nº 322, pp 1-23.

MALDONADO, Simone Carneiro. *Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima.* São Paulo: Annablume, 1993.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia***.** São Paulo: Cosac & Naif, 2003.

MEIRELES, A. J. A. Diagnóstico ambiental e alternativas locacionais para as usinas eólicas [CH RM Gangalha e CGE RM Boqueirão] projetadas em áreas de preservação permanente na planície costeira de Camocim (CE) – Parecer Técnico (PT). Ministério Publico Federal: Fortaleza, Nov., 2008.

OLIVEIRA, Christian Dennys M. A complexidade territorial do turismo: atores, cenários e relacionamentos. In SILVA, José Borzachiello et allii (org.). *Panorama da Geografia Brasileira.* São Paulo: Annablume, 2006.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Cidadania e globalização: povos indígenas e agências multilaterais. *Horiz. antropol.* [online]. Minas Gerais, 2000, vol.6, n.14, pp. 125-141.

PEREIRA, Doralice Barros & PENIDO, Marina de Oliveira. Conflitos em empreendimentos hidrelétricos: possibilidades e impossibilidades do (des)envolvimento social. In ZHOURI,

Andréa & LASCHEFSKI, Klemens. *Desenvolvimento e conflitos ambientais***.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

PERROT, Dominique. Quem impede o desenvolvimento "circular"? (Desenvolvimento e povos autóctones: paradoxos e alternativas). *Cadernos de Campo*, São Paulo, 2008, nº 17, pp 1-34.

PORTO, Luana Cavalcanti. Políticas de turismo e território: paradoxos entre o Prodetur/Ne e o programa de regionalização do turismo. *1º Encontro Internacional Sobre Gestão em Turismo (EIGTUR)*, Ouro Preto, Minas Gerais, março de 2008, Brasil - 25 a 29.

RAMOS, Alcida Rita. Belo Monte: a crônica de um desastre anunciado. Fonte: *Site da Associação Brasileira de Antropologia (ABA)*. Acesso em: 12/04/11.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. *Novos Estudos*, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), São Paulo, março 2008, nº 80, pp 109-125.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Grandes empreendimentos turísticos, projetos governamentais e populações tradicionais: conflitos e interesses em torno às concepções sobre a propriedade da terra. *Anais do VIII REUNIÓN DE ANTROPOLOGIA DEL MERCOSUR (RAM)*, Buenos Aires, 26 a 02 de outubro de 2009.

_____. Diretrizes da Política Nacional de Turismo e impactos econômico-culturais sobre populações locais: Nas trilhas do Roteiro das Emoções (Jijoca de Jericoacoara, CE a Barreirinhas, MA). *Anais da XXXIII Reunião da ANPOCS, GT: Cultura, Economia e Política.* Caxambu, 26 a 29 de outubro de 2009.

SAHLINS, Marshall David. Homem pobre, homem rico, grande-homem, chefe: tipos políticos da Melanésia e na Polinésia (1963). In SAHLINS, Marshall David. *Cultura na prática.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

_____. *Ilhas de história***.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SAUTCHUCK, Carlos Emanuel. Comer a farinha, desmanchar o sal: ecologia das relações pescador-(peixe)-patrão no aviamento amazônico. Série Antropologia, Brasília, 2008, vol. 420, pp 1-22.

SCHRÖDER, P. A Antropologia do Desenvolvimento: é possível falar de uma subdisciplina verdadeira?. Revista de Antropologia, São Paulo: USP, 1997, v. 40, n. 2, pp 83-100.

STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: Uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico 84*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

RUBEN, Guilhermo Raul. O progresso da antropologia ou a antropologia do progresso. In ARANTES, Antonio *et allii* (org.). *Desenvolvimento e Direitos Humanos. A Responsabilidade do Antropólogo*. 1ª Ed. Campinas. Editora da Unicamp, 1992.

SANTOS, Potyguara A. et allii. Projetos de desenvolvimento do turismo, conflitos territoriais e mudanças sociais em Tatajuba, CE. REA 2009 - II Reunião Equatorial de Antropologia e XI ABANNE,

2009, Natal/RN. Antropologia e Políticas Públicas: projetos de desenvolvimento e impactos sobre populações locais, 2009.

_____. Mitonarrativas sobre paisagens móveis: tempos e lugares de uma descrição etnográfica da vila de Nova Tatajuba, Camocim (CE). Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2010.

_____. Relatório de Pesquisa (out/2007 a Nov/2008). *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (CNPq/PIBIC):* Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2008.

_____. Relatório de Pesquisa (out/2008 a Nov/2009). *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (CNPq/PIBIC)*: Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2009.

VALLE, Raul Silva Telles. Uma abordagem jurídica das idas e vindas dos projetos de hidrelétricas no Xingu. In FILHO, A. Osvaldo Sevá (org.). *Tenotã-mõ: alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. São Paulo: International Rivers Network, 2005.

VIANA, Verônia et allii. Os antigos habitantes da praia de Jericoacoara, Ceará: arqueologia, história e ambiente. Fonte: http://scholar.google.com.br/. Acessado em: 12/04/11.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *XX Encontro Anual da ANPOCS, GT 17, processos sociais agrários*, Caxambu/MG, 2009, mímeo 17, pp 12-28.

WOLF, Eric R. Encarando o poder: velhos insights, novas questões. In FELDMAN-BIANCO, Bela & RIBEIRO, Gustavo Lins (org.). *Antropologia e poder: contribuições de Eric R Wolf*. 1ª Ed. Brasília: Editora UnB: São Paulo: Editora Unicamp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.